



GE Farol S.A.

CNPJ/MF 12.723.335/0001-17

NIRE 24.300.005.032

Subsidiária Integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, parte

São Bento do Norte - RN

CEP 59.590-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
1 Contexto Operacional	11
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	20
5 Clientes	21
6 Partes Relacionadas.....	21
7 Títulos e Valores Mobiliários	22
8 Imobilizado.....	22
9 Empréstimos e Financiamentos	22
10 Patrimônio Líquido	23
11 Receita Operacional Líquida	24
12 Custos e Despesas Operacionais	24
13 Resultado Financeiro	25
14 Imposto de Renda e Contribuição Social	25
15 Passivos Contingentes.....	26
16 Instrumentos Financeiros.....	26
17 Seguros	29
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	33

AO ACIONISTA

A administração da GE Farol S.A. (GE Farol ou Companhia), Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A GE Farol, localizada no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão nº 07/2010-ANEEL.

A energia da GE Farol foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs, por 20 anos, a partir de 1º.09.2013, ao preço médio de R\$ 211,63/MWh, atualizado pelo IPCA até 31/12/2017.

As unidades geradoras da GE Farol entraram em operação comercial em 25.02.2015, conforme disposto no Despacho Aneel nº 464, de 24.02.2015.

Complexo Eólico	Leilão ¹	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWméd)	Geração (GWh)	Preço ²	Localização do Parque	Vencimento da Autorização
GE Farol S.A.	2º LFA (26/08/2010)	20,0	10,1	59,5	211,63	São Bento do Norte - RN	abr/46

¹LFA - Leilão de Fontes Alternativas/CCEAR.

² Preço atualizado até dezembro/2017.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2017	2016	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	112.385	111.017	1,2
Caixa e equivalentes de caixa	14.206	7.638	86,0
Títulos e Valores Mobiliários	8.224	7.540	9,1
Dívida total	48.742	52.053	(6,4)
Dívida líquida	26.312	36.875	(28,6)
Receita operacional bruta	14.090	23.354	(39,7)
Deduções da receita	672	863	(22,1)
Receita operacional líquida	13.418	22.491	(40,3)
Custos e despesas operacionais	7.162	7.757	(7,7)
Resultado das atividades	6.256	14.734	(57,5)
EBITDA ou LAJIDA	10.678	19.157	(44,3)
Resultado financeiro	(2.954)	(3.808)	(22,4)
IRPJ/CSLL	1.084	1.003	8,1
Lucro operacional	3.302	10.926	(69,8)
Lucro líquido do exercício	2.218	9.923	(77,6)
Patrimônio líquido	43.062	48.441	(11,1)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,8	1,0	(20,0)
Liquidez geral (índice)	0,6	0,6	-
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	79,6	85,2	(6,6)
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	113,2	107,5	5,3
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	24,6	48,6	(49,4)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	16,5	44,1	(62,5)
Participação de capital de terceiros (%)	61,7	56,4	9,4
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	4,6	24,3	(81,1)

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 20 de abril de 2018.

Fabio Antonio Dallazem

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente FERNANDO DIAS LISBOA DA SILVA

Membros NICOLE DOMAKOSKI
FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM

CONSELHO FISCAL

Presidente JOÃO ALBERTO DA SILVA

Membros LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
HEITOR DANTAS FILHO
RICARDO VIDINICH

DIRETORIA

Diretor Presidente/Técnico FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM

Diretor de Gestão FÁBIO ANTÔNIO DALLAZEM

Diretor Financeiro CLAUDIR CORSI RODRIGUES

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

Balanços Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.206	7.638
Clientes	5	3.924	6.675
Outros créditos		1	-
Imposto de renda e contribuição social		171	36
Partes relacionadas	6	150	209
		18.452	14.558
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	8.224	7.540
Partes relacionadas	6	15.201	13.987
		23.425	21.527
Imobilizado	8	70.508	74.932
		93.933	96.459
TOTAL DO ATIVO		112.385	111.017

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	1.183	1.259
Fornecedores		4.430	40
Imposto de renda e contribuição social		63	287
Outras obrigações fiscais		199	160
Empréstimos e financiamentos	9	4.033	4.003
Dividendos a pagar	6	12.966	5.369
Outras contas a pagar		1.439	2.981
		24.313	14.099
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	-	376
Imposto de renda e contribuição social diferidos		290	32
Empréstimos e financiamentos	9	44.709	48.050
Outras contas a pagar		11	11
Provisões para litígios		-	8
		45.010	48.477
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10.1	36.689	27.976
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.2	-	8.713
Reserva legal	10.3	1.241	1.130
Reserva de retenção de lucros	10.3	5.132	3.552
Dividendo adicional proposto	10.4	-	7.070
		43.062	48.441
TOTAL DO PASSIVO		112.385	111.017

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11	13.418	22.491
Custos Operacionais	12	(6.270)	(6.012)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		7.148	16.479
Outras Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(800)	(1.685)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12	(92)	(60)
		(892)	(1.745)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		6.256	14.734
Resultado Financeiro	13		
Receitas financeiras		1.767	1.488
Despesas financeiras		(4.721)	(5.296)
		(2.954)	(3.808)
LUCRO OPERACIONAL		3.302	10.926
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14		
Imposto de renda e contribuição social		(826)	(972)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(258)	(31)
		(1.084)	(1.003)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.218	9.923

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	31.12.2017	31.12.2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.218	9.923
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.218	9.923

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	27.976	8.713	634	3.552	-	-	40.875
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.923	9.923
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	-	496	-	-	(496)	-
Dividendos	-	-	-	-	7.070	(9.427)	(2.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	27.976	8.713	1.130	3.552	7.070	-	48.441
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.218	2.218
Deliberação do dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(7.070)	-	(7.070)
Aumento de capital	8.713	(8.713)	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	-	-	111	-	-	(111)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	-	1.580	-	(1.580)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(527)	(527)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	36.689	-	1.241	5.132	-	-	43.062

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2017	31.12.2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		2.218	9.923
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		4.620	5.127
Imposto de renda e contribuição social	14	826	972
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	258	31
Depreciação	8	4.422	4.423
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		(8)	8
		12.336	20.484
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		2.751	(2.806)
Outros créditos		1	-
Imposto de renda e contribuição social		(135)	(25)
Partes relacionadas		(1.155)	-
		1.462	(2.831)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		(452)	174
Fornecedores		4.390	35
Outras obrigações fiscais		39	(192)
Outras contas a pagar		(1.542)	2
		2.435	19
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		16.233	17.672
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.050)	(1.272)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	9.2	(4.091)	(4.414)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		11.092	11.986
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(683)	(782)
Créditos concedidos a partes relacionadas		-	(1.871)
Aquisições de imobilizado		-	(116)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(683)	(2.769)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de obrigações contraídas com partes relacionadas		-	378
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	9.2	(3.841)	(3.747)
Dividendos pagos		-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(3.841)	(3.369)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.568	5.848
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	7.638	1.790
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	14.206	7.638
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.568	5.848

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

GE Farol S.A.



O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 8.713, decorrente da capitalização de créditos até então mantidos na rubrica de “Adiantamentos para futuro aumento de capital”, cujos recebimentos ocorreram em exercícios anteriores.

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
em milhares de reais**

1 Contexto Operacional

A GE Farol S.A. (GE Farol ou Companhia) com sede na Fazenda Boa Vista, 1C, parte, Estrada RN 120, Caixa Postal 1, 59.590-000, São Bento do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. Tem como objeto social o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas e comercialização de energia elétrica.

A geradora eólica Farol é constituída de dez unidades geradoras de 2,0 MW, totalizando 20,0 MW de capacidade instalada e 10,1 MW médios de garantia física de energia.

A Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com as distribuidoras participantes do certame. Pelos referidos contratos, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação, ao preço médio de R\$ 133,97/MWh, atualizado pelo IPCA para R\$ 211,63/MWh em 31/12/2017.

A entrada em operação comercial da geradora eólica Farol foi em 25.02.2015 e a data de vencimento da autorização é 19.04.2046.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 20.04.2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros; e
- NE nº 3.8 - Arrendamentos.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 8 - Imobilizado;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nº 3.4 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 3.5. - Receita não faturada;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NE nº 3.7 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

Ativos Financeiros

3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Empréstimos e recebíveis

Ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado com base na taxa de juros efetiva.

3.1.3 Instrumentos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e as perdas acumulados mantidos no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado do exercício.

3.1.4 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria se a Companhia tem a intenção e capacidade de mantê-los até o seu vencimento. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Passivos Financeiros e instrumentos de patrimônio

3.1.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

3.1.6 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.7 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

3.3.2 Ativos Não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não-financeiros é revisado para a análise de uma possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras, em caso de reversão de perda de exercícios anteriores a mesma é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

3.5.1 Receita não faturada

Corresponde ao reconhecimento da receita de suprimento de energia elétrica, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, por meio de estimativa com base na última medição efetuada.

3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

3.9 Novas normas que ainda não entraram em vigor

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2017. A Companhia não adotou as IFRS novas de forma antecipada.

As novas normas que podem ter impacto para a Companhia estão mencionadas a seguir:

3.9.1 CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º.01.2018, com adoção antecipada permitida.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38/ IAS 39 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no CPC 38/ IAS 39. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange às modificações relacionadas a contabilização de hedge, o CPC48/IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge previstos na CPC 38/ IAS 39. Por outro lado, esta nova norma traz maior flexibilidade no que tange aos tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente à ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge.

Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Com base na análise dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31.12.2017, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, a Companhia avaliou o impacto do CPC 48/IFRS 9 sobre as demonstrações financeiras, conforme segue:

Classificação e mensuração

A Companhia avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros e de acordo com o modelo de gerenciamento desses ativos identificou, preliminarmente, alteração de classificação nos instrumentos relacionados abaixo. A Administração da Companhia acredita que a alteração na classificação não impactará de forma relevante a mensuração dos itens, não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.

Instrumentos Financeiros	Nova Classificação CPC 48/IFRS 9	Classificação atual CPC 38/IAS 39
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Clientes	Custo Amortizado	Empréstimo e recebível
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como Valor Justo por meio do Resultado - VJR, sendo assim, não há qualquer impacto esperado na classificação de passivos financeiros de acordo com os requerimentos do CPC 48/IFRS 9.

Redução ao valor recuperável (impairment)

O CPC 48/IFRS 9 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

O novo modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quais sejam.

(i) Caixa, equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários: são detidos com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes.

(ii) Contas a receber de clientes: Os clientes da Companhia são distribuidores de energia elétrica com contratos firmados em leilão ou por liquidação do excedente de geração na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, esses agentes, por regra do setor, mantêm Contratos de Constituição de Garantias – CCG para cumprimento dos pagamentos junto a Companhia. Neste sentido, a Companhia considera que esses ativos têm baixo risco de crédito, pois não possui histórico de perdas.

A Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não terá impacto relevante nos montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da CPC 48/IFRS 9 é sua aplicação retrospectiva, porém a Companhia adotará a isenção do item 7.2.15 da norma, o qual lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

Adicionalmente, como a Companhia não aplica a contabilização de hedge, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras no que tange às alterações da norma sobre este tópico.

3.9.2 CPC 47/IFRS 15 - Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo simples e claro para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e, quando se tornar efetivo, substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Em suma, pelos novos requerimentos do CPC47/IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

As principais receitas da Companhia são com venda de energia elétrica aos distribuidores de energia elétrica decorrentes de contratos firmados em leilão e também, do excedente de energia gerada negociado no mercado de curto prazo junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Companhia, em sua avaliação, não estima quaisquer impactos importantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa norma.

3.9.3 IFRS 16 - Arrendamentos

Emitida em 13.01.2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

A IFRS 16 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2019, sendo permitida sua adoção antecipada desde que as entidades adotem também de forma antecipada a IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

3.9.4 IFRIC 22 - Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 08.12.2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

3.9.5 Alterações ao CPC 28/IAS 40 - Propriedade de investimento

Emitidas em 08.12.2016, as alterações ao IAS 40 esclarecem os requisitos relativos às transferências de ou para propriedades de investimento. As alterações serão aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º.01.2018, sendo permitida sua adoção antecipada.

A Companhia avalia que as alterações ao CPC 28/IAS 40 não causará impactos em suas demonstrações financeiras, pois não possui propriedades para investimento.

3.9.6 Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. As melhorias emitidas em 08.12.2016 tratam dos seguintes temas:

- i) alterações a IFRS 1 – adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS;
- ii) alterações a IFRS 12 – divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5; e
- iii) alterações ao IAS 28 - investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto: esclarece se uma entidade tem uma opção de "investimento por investimento" para mensurar as investidas pelo valor justo de acordo com a IAS 28 por uma organização de capital de risco.

Com base em avaliação preliminar, a Companhia acredita que a aplicação dessas alterações não causará impactos sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e bancos conta movimento	1.315	135
Aplicações financeiras de liquidez imediata	12.891	7.503
	14.206	7.638

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se à Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas em 98,0% e 100,2% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2017	31.12.2016
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
Receita faturada	2.341	-	180	2.521	5.307
Receita não faturada	1.403	-	-	1.403	1.368
	3.744	-	180	3.924	6.675

A Companhia não constitui provisão para perdas referente aos créditos vencidos a mais de 90 dias, por existir garantias vinculadas aos contratos de fornecimento

6 Partes Relacionadas

	31.12.2017	31.12.2016
Ativo circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. (a)	150	150
Entidade sob controle comum - GE São Bento do Norte S.A.	-	59
Ativo não circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. (b)	15.201	13.987
Passivo circulante		
Controlador - São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. - Dividendos	12.966	5.369
- São Bento Energia, Investimento e Participações S.A. - Outros	2	2
- Copel Geração e Transmissão S.A. (c)	46	-
- Companhia Paranaense de Energia (c)	33	-
Entidade sob controle comum - Copel Distribuição S.A. (c)	111	-
- Copel Renováveis S.A. (c)	991	1.257
Passivo não circulante		
Entidade sob controle comum - GE Boa Vista S.A. (b)	-	76
- GE Olho D'Água S.A. (b)	-	150
- GE São Bento do Norte S.A. (b)	-	150

- Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referente a adiantamentos e/ou pagamentos incorridos em 2016, os quais serão ressarcidos em 2018.
- A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. é interveniente junto ao financiamento do BNDES da Companhia, o qual, por força contratual, transfere recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 9).
- A Companhia registrou gastos com atividades corporativas, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros (PMSO), conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo.

7 Títulos e Valores Mobiliários

Corresponde à aplicações financeiras em fundo de investimento de longo prazo mantidas como reserva especial, classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado, com rentabilidade de 9,6452% a.a.

Os recursos são vinculados ao financiamento mantido pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para garantir a operação.

8 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2016	Adições	Depreciação (a)	Capitalizações	Saldo em 31.12.2016	Depreciação (a)	Baixas	Saldo em 31.12.2017
Em serviço								
Máquinas e equipamentos	77.801	-	(4.423)	1	73.379	(4.422)	-	68.957
	77.801	-	(4.423)	1	73.379	(4.422)	-	68.957
Em curso								
Custo	1.438	116	-	(1)	1.553	-	(2)	1.551
	1.438	116	-	(1)	1.553	-	-	1.551
	79.239	116	(4.423)	-	74.932	(4.422)	(2)	70.508

(a) Taxa média de depreciação de 5,02 % (5,02 % em 2016)

A Administração não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2017 e 2016.

9 Empréstimos e Financiamentos

Contrato BNDES	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	31.12.2017	31.12.2016
11211521	19.03.2012	192	15.06.2030	2,34% a.a. acima da TJLP	54.100	48.742	52.053
						48.742	52.053
					Circulante	4.033	4.003
					Não circulante	44.709	48.050

Destinação: construção e implantação de centrais geradoras eólicas.

Garantias: penhor de ações; cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica produzidas pelo projeto; cessão fiduciária das máquinas e equipamentos montados ou construídos com os recursos a eles vinculados.

9.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2017	
2019	3.860
2020	3.860
2021	3.860
2022	3.860
2023	3.860
Após 2023	25.409
	44.709

9.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 01.01.2016	55.087
Encargos	4.365
Variação monetária	762
Amortização - principal	(3.747)
Pagamento - encargos	(4.414)
Em 31.12.2016	52.053
Encargos	4.079
Variação monetária	541
Amortização - principal	(3.841)
Pagamento - encargos	(4.091)
Em 31.12.2017	48.742

9.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar o seu controlador efetivo direto ou indireto, sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

Em 31.12.2017, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

O contrato de empréstimo e financiamento apresenta o seguinte *covenant* financeiro:

Instrumento Contratual	Indicador Financeiro	Limite
BNDES Financiamento a empreendimentos - Finem nº 11211521	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3

10 Patrimônio Líquido

10.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2017 monta a R\$ 36.689 (R\$ 27.976, em 31.12.2016), composto por 36.689.255 ações ordinárias pertencentes à São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

10.2 Adiantamento para futuro aumento de capital

O montante de R\$ 8.713, referente a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, foi integralizado como Capital Social através de Assembleia Geral em 28 de Abril de 2017.

Em face da integralização do aporte referente ao AFAC, foram emitidas 8.713.255 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriores já existentes, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (Um real) por ação. Sendo estas novas ações integralmente subscritas e integralizadas pela holding São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

10.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

10.4 Dividendos mínimos obrigatórios

	31.12.2017	31.12.2016
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.218	9.923
Reserva legal (5%)	(111)	(495)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	2.107	9.428
	527	2.357
(2) Dividendos propostos	527	9.427
(3) Dividendo adicional proposto (2-1)	-	7.070

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à Reserva Legal.

A distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício.

11 Receita Operacional Líquida

	31.12.2017	31.12.2016
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	12.132	18.733
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.958	4.621
(-) PIS/Pasep e Cofins	(672)	(863)
	13.418	22.491

12 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2017	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais	31.12.2016
Energia elétrica comprada para revenda - CCI	(7)	-	-	(7)	(11)	-	-	(11)
Encargos de uso da rede elétrica	(849)	-	-	(849)	(982)	-	-	(982)
Pessoal e administradores	(241)	(396)	-	(637)	(290)	(477)	-	(767)
Planos previdenciário e assistencial	(29)	(46)	-	(75)	(62)	(83)	-	(145)
Material	(1)	(5)	-	(6)	(1)	(17)	-	(18)
Serviços de terceiros	(1.885)	(128)	-	(2.013)	(235)	(543)	-	(778)
Depreciação e amortização	(4.422)	-	-	(4.422)	(4.422)	(1)	-	(4.423)
Provisão/Reversão de provisão para litígios	-	-	9	9	-	-	(9)	(9)
Arrendamentos e aluguéis	(255)	(36)	-	(291)	(9)	(324)	-	(333)
Outros custos e despesas operacionais	(172)	(189)	(101)	(462)	-	(240)	(51)	(291)
Recuperações de despesas	1.591	-	-	1.591	-	-	-	-
	(6.270)	(800)	(92)	(7.162)	(6.012)	(1.685)	(60)	(7.757)

12.1 Compromissos de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2017
Arrendamento dos terrenos dos parques eólicos	252	1.017	5.490	6.759

A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuou pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passou a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

13 Resultado Financeiro

	31.12.2017	31.12.2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.607	1.055
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	59	432
Outras receitas financeiras	101	1
	1.767	1.488
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	4.632	5.127
Outras despesas financeiras	89	169
	4.721	5.296
Líquido	(2.954)	(3.808)

14 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2017	31.12.2016
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receitas com Venda de Energia	16.461	23.637
Receitas com Venda de Energia Mercado Curto Prazo Estimada	1.784	136
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	847	964
Base de cálculo IRPJ = 8% de Lucro Presumido sobre Receita Operacional + Receita Financeira Líquida de IOF	2.306	2.866
Base de cálculo CSLL = 12% de Lucro Presumido sobre a Receita Operacional + Receita Financeira Líquida de IOF	3.036	3.817
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	619	772
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	207	263
(-) Reversão Apuração IRPJ/CSLL Mercado Curto Prazo 12/2015	-	(63)
Imposto de renda e contribuição social	826	972
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	760	91
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	258	31

15 Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2017, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza tributária e ambiental, totalizando 5.220. A tributária é referente a Imposto sobre serviço de qualquer natureza e, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, o risco de perda é possível no montante de R\$ 5.210 (R\$ 4.608 em 31.12.2016). A de natureza ambiental refere-se a multa administrativa e, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos, o risco de perda é possível no montante de R\$ 10.

16 Instrumentos Financeiros

16.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2017		31.12.2016	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	14.206	14.206	7.638	7.638
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	8.224	8.224	7.540	7.540
Empréstimos e recebíveis						
Cientes (a)	5	1	3.924	3.924	6.675	6.675
Total dos ativos financeiros			26.354	26.354	21.853	21.853
Passivos Financeiros						
Outros passivos financeiros						
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (c)		2	62	62	-	-
Fornecedores (a)		1	4.430	4.430	40	40
Empréstimos e financiamentos (c)		2	48.742	44.799	52.053	43.938
Total dos passivos financeiros			53.234	49.291	52.093	43.978

Os diferentes níveis de hierarquia de valor justo são classificados conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 126,0% do CDI, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

16.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

16.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2017	31.12.2016
Caixa e equivalentes de caixa (a)	14.206	7.638
Títulos e valores mobiliários (a)	8.224	7.540
Clientes (b)	3.924	6.675
	26.354	21.853

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os clientes inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias.

16.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2019, repetem-se os indicadores de 2018 até o

horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2017							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 9	536	1.328	5.995	26.881	37.339	72.079
Fornecedores		102	-	4.328	-	-	4.430
		638	1.328	10.323	26.881	37.339	76.509
31.12.2016							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 9	539	1.437	6.439	28.461	43.722	80.598
Fornecedores		-	40	-	-	-	40
		539	1.477	6.439	28.461	43.722	80.638

Conforme divulgado na NE nº 9.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

Em 31.12.2017, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de (R\$ 5.861) decorrentes de suas operações. O equacionamento da capacidade financeira de curto prazo será realizado por sua geração de caixa no decorrer do próximo exercício.

16.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2017 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic – 6,75% e TJLP – 6,75%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2018 do Relatório Focus do Bacen de 02.02.2018.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2017	Cenários Projetados - dez/2018		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	8.224	555	416	278
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos BNDES	Alta TJLP	(48.742)	(3.290)	(4.113)	(4.935)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2017, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

16.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

17 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2019	82.700
Garantia Financeira - Extremoz	16.11.2018	101
Riscos Operacionais	27.06.2018	101.261
Responsabilidade Civil Geral	27.06.2018	20.000
Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	14.09.2018	6.481

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2017, de R\$ 3,3080.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: riscos diversos, transporte nacional e internacional e seguro de vida.

Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel e/ou a Copel GeT.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
GE Farol S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GE Farol S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GE Farol S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 20 de abril de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Os membros do Conselho Fiscal da **GE Farol S.A.**, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Ordinária.

Curitiba, 20 de abril de 2018

/s/

JOÃO ALBERTO DA SILVA
Presidente do Conselho

/s/

LUIZ ROBERTO MORGENSTERN FERREIRA
Conselheiro

/s/

HEITOR DANTAS FILHO
Conselheiro